

Brasileiro condena dívida

Plebiscito revela que 5,4 milhões de pessoas querem auditoria e calote no FMI

RESULTADO DEIXA
OS ORGANIZADORES
ENTUSIASMADOS E
RESSUSCITA NO
CONGRESSO PROJETO
DE REFERENDO

CAROLINA NOGUEIRA

O plebiscito da dívida externa, organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), está querendo sair da informalidade. O movimento, que questiona o pagamento da dívida e o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mobilizou mais de 5,4 milhões de brasileiros na semana passada e acabou reforçando a idéia de apresentação de um projeto de decreto de lei no Congresso, o que viabilizaria uma consulta oficial.

"A abrangência que conseguimos dá uma idéia da força do povo brasileiro", disse o pastor Ervino Schimith, do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic), dizendo-se impressionado com a mobilização da população.

Apresentado em julho, o projeto de decreto legislativo de autoria do deputado José Dirceu, presidente do PT, teve tramitação suspensa por causa da nomenclatura



ORGANIZADORES comemoram resultado do plebiscito, que pode virar referendo com ajuda da oposição

usada: segundo a Mesa da Câmara, um "plebiscito" não pode questionar um acordo já firmado, como o que existe entre governo federal e FMI. "Esse argumento é fraco do ponto de vista legal, mas resolvemos bancar o recomeço do processo para evitar reclamações", disse Dirceu.

O parlamentar petista apresentou, ontem, um novo projeto subscrito por 187 deputados (16 a mais que o mínimo exigido, que corresponde a um terço da Casa), dessa vez propondo a realização de um "referendo" com três perguntas: se o governo deve ou não romper os acordos feitos com o FMI, se deve ou não realizar uma

auditoria da dívida e se deve ou não manter a atual política de pagamento a todo custo da dívida externa.

Com indagações muito semelhantes a essas, o plebiscito da CNBB foi duramente criticado pelo governo e entusiasticamente comemorado pelos seus organizadores. O resultado foi exatamente o que as entidades queriam ouvir: dos mais de 5,4 milhões de votos apurados até ontem (a expectativa é de concluir a contagem em dois dias, chegando a cerca de 6 milhões de votantes), 5,1 milhões (93,7%) concordavam com o rompimento do acordo com o FMI; 5,2 milhões (96,5%) eram contrários ao pagamento da

dívida até que se faça uma auditoria nela e 5,19 milhões (94,9%) eram contrários ao pagamento da dívida em prejuízo do financiamento de benefícios sociais.

Como o instrumento não é oficial, sua validade se encerra no papel de instrumento de pressão e união das oposições. "O maior sucesso desse processo foi ter conseguido a união de igrejas, movimentos sociais e sociedade civil desorganizada, aqueles não-militantes que também se engajaram", comemorou Gilberto Portes, da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e um dos organizadores do plebiscito.

SÉRGIO ALMEIDA

Resultados

1) O governo federal deve manter o acordo com o FMI?

▶ NÃO 5.136.272 (93,7%)

▶ SIM 249.861 (4,5%)

▶ Nulos 23.395 (0,4%)

▶ Branco 66.587 (1,2%)

2) O governo federal deve continuar pagando a dívida externa sem que seja feita uma auditoria pública, como previsto na Constituição de 1998?

▶ NÃO 5.287.267 (96,5%)

▶ SIM 119.847 (2,1%)

▶ Nulos 19.668 (0,3%)

▶ Branco 49.333 (1,0%)

3) Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte de seus orçamentos para o pagamento da dívida externa aos especuladores?

▶ NÃO 5.197.896 (94,9%)

▶ SIM 134.156 (2,5%)

▶ Nulos 72.534 (1,4%)

▶ Branco 71.529 (1,3%)

Já o referendo proposto pelo presidente do PT, se for aprovado nas comissões e no plenário da Câmara e do Senado Federal, passará a ter força de lei: se as urnas confirmarem, por exemplo, que a população não quer o cumprimento do acordo com o FMI, ele terá de ser imediatamente suspenso.